

Arquitetura Afetiva da Paisagem: Conforto Ambiental e Pertencimento no Contexto Amazônico

ET2: DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA
PAISAGEM

Simone Cravo
CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DA AMAZÔNIA - UNIFAMAZ
E-mail: cravosimone@gmail.com

Luana Cravo
FACULDADE ESTÁCIO DE BELÉM
E-mail: esquerda.lc@gmail.com

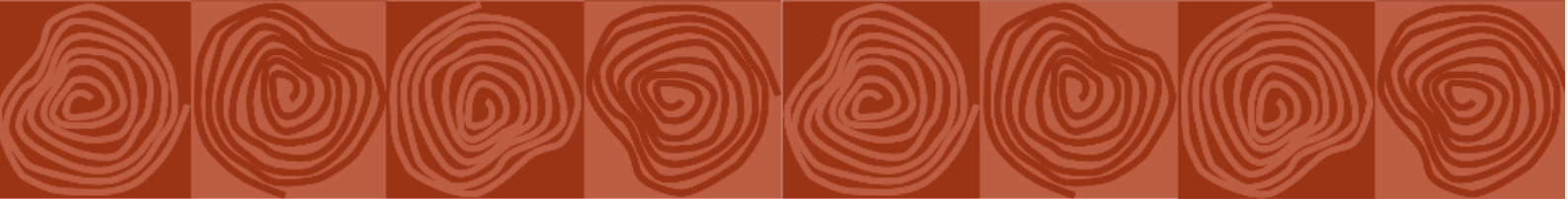
RESUMO

O artigo investiga de que modo a Arquitetura Afetiva da Paisagem contribui para a qualificação do conforto ambiental percebido e para o fortalecimento do pertencimento em contextos urbanos amazônicos, considerando as especificidades climáticas e territoriais de Belém. Parte-se da constatação de que abordagens convencionais de planejamento tendem a privilegiar parâmetros técnico-normativos, frequentemente dissociados da experiência sensível dos usuários. O objetivo consiste em analisar a relação entre configuração paisagística, condições ambientais percebidas e modos de apropriação no trecho requalificado do Portal da Amazônia. A pesquisa resulta de investigações científicas desenvolvidas por meio de abordagem qualitativa, estruturada em leitura morfoespacial, observação participante, caminhadas sensoriais e mapeamento afetivo, possibilitando compreender a interação entre forma urbana, elementos naturais e experiência vivida. Os resultados indicam que setores caracterizados pela presença de arborização, mobiliário e relação direta com a paisagem fluvial favorecem a permanência e a construção de vínculos com o lugar, enquanto áreas com menor suporte ambiental apresentam uso predominantemente transitório. Conclui-se que a organização da paisagem influencia diretamente a experiência ambiental e o sentimento de pertencimento, evidenciando a importância de incorporar a dimensão afetiva no planejamento paisagístico como estratégia para qualificar espaços públicos no contexto amazônico contemporâneo e promover maior habitabilidade urbana.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura afetiva; paisagem urbana; conforto ambiental; pertencimento; Amazônia.

ABSTRACT

This article investigates how Affective Landscape Architecture contributes to the qualification of perceived environmental comfort and the strengthening of the sense of belonging in Amazonian urban contexts, considering the climatic and territorial specificities of Belém, Brazil. The study is grounded in the recognition that conventional planning approaches often prioritize technical and normative parameters, frequently dissociated from users' lived and sensory experience. The objective is to analyze the



relationship between landscape configuration, perceived environmental conditions, and patterns of spatial appropriation in the requalified stretch of Portal da Amazônia. The research derives from scientific investigations conducted through a qualitative approach, structured around morphospacial analysis, participant observation, sensory walks, and affective mapping, enabling an understanding of the interaction between urban form, natural elements, and lived experience. The results indicate that areas characterized by the presence of vegetation, urban furniture, and direct visual and spatial connection with the river landscape favor longer stays and the construction of place attachment, while sectors with reduced environmental support present predominantly transitional use. The findings demonstrate that landscape configuration directly influences environmental experience and sense of belonging, highlighting the importance of incorporating the affective dimension into landscape planning as a strategy to enhance the quality and habitability of public spaces in the contemporary Amazonian context.

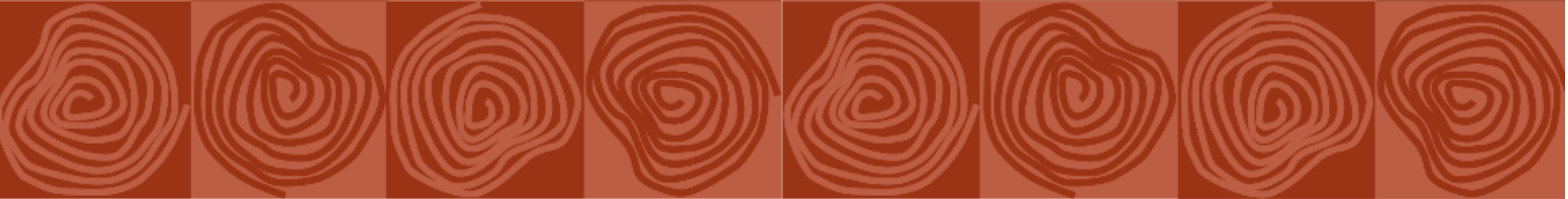
KEYWORDS: affective architecture; urban landscape; environmental comfort; sense of belonging; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

As transformações associadas à urbanização contemporânea têm produzido mudanças profundas na configuração das paisagens urbanas, especialmente em territórios ambientalmente sensíveis como a Amazônia. Nesse cenário, o ambiente urbano deixa de ser compreendido apenas como estrutura física e passa a constituir campo de experiência, no qual se entrelaçam percepção, memória e pertencimento. A paisagem, quando reconhecida em sua dimensão vivida, revela-se como realidade relacional capaz de influenciar o bem-estar e os modos de apropriação do território. Essa compreensão amplia o debate sobre a qualidade ambiental, evidenciando que as condições de conforto não se restringem a parâmetros técnicos, mas envolvem a forma como o espaço é percebido, experimentado e incorporado à experiência cotidiana.

As particularidades climáticas da região amazônica conferem complexidade adicional a essa discussão. Elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar e intensa incidência solar impõem desafios à habitabilidade dos espaços públicos, sobretudo em áreas marcadas pela substituição de superfícies naturais por materiais impermeáveis. Tais transformações intensificam a carga térmica e interferem diretamente nas possibilidades de permanência e uso qualificado do ambiente coletivo. Nesse contexto, o projeto da paisagem assume relevância estratégica, uma vez que a presença da vegetação, a permeabilidade do solo e a relação com a água contribuem não apenas para a regulação das condições ambientais, mas também para a construção de ambiências capazes de acolher e sustentar a experiência humana.

A compreensão do espaço como experiência sensível encontra fundamento na perspectiva fenomenológica, que reconhece o ambiente construído como mediador entre corpo e mundo. Conforme argumenta Pallasmaa (2011), a arquitetura não se limita à dimensão visual, mas constitui experiência multissensorial por meio da qual o sujeito reconhece e significa o lugar. Essa dimensão experiencial é aprofundada por Bachelard (1993), ao afirmar que os espaços habitados tornam-se depositários de memória e imaginação, participando da constituição dos vínculos afetivos e da identidade territorial. O ambiente edificado, nessa perspectiva, não apenas abriga práticas cotidianas, mas



contribui para a formação de referências simbólicas e para a construção do sentimento de pertencimento.

O Portal da Amazônia, localizado em Belém, constitui expressão significativa dessas transformações urbanas. Sua implantação teve início em 2008, com o objetivo de reestruturar a relação entre a cidade e o rio, promover melhorias urbanísticas e reassentar populações residentes em áreas marcadas por vulnerabilidade socioambiental. O projeto foi executado em etapas ao longo de aproximadamente seis anos, envolvendo a implantação de via linear, espaços públicos de permanência, mobiliário urbano e infraestrutura associada. As primeiras entregas ocorreram em 2012, sendo seguidas pela consolidação progressiva dos espaços públicos e pela qualificação ambiental do entorno nos anos subsequentes. Essa intervenção representa não apenas uma transformação física da orla urbana, mas também a criação de novas condições de experiência e apropriação, nas quais a paisagem fluvial reassume centralidade na construção de vínculos entre sujeito e território.

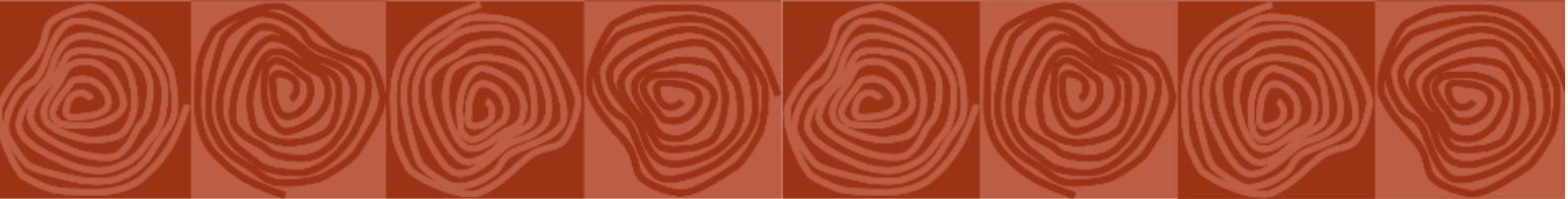
O presente artigo resulta de pesquisas científicas voltadas à compreensão da relação entre configuração paisagística, conforto ambiental percebido e pertencimento no trecho requalificado do Portal da Amazônia. A investigação fundamenta-se em abordagem qualitativa, articulando análise morfoespacial, observação participante, caminhadas sensoriais e mapeamento afetivo, com o propósito de apreender a interação entre forma urbana, experiência ambiental e modos de apropriação. Ao integrar essas dimensões, o estudo busca contribuir para o debate sobre a Arquitetura Afetiva da Paisagem no contexto amazônico, evidenciando a importância de estratégias projetuais sensíveis às condições ambientais e à experiência humana na construção de espaços públicos mais habitáveis, significativos e socialmente integradores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Dimensão Humana da Paisagem: Paisagem como Experiência Viva

Compreender a paisagem como experiência viva exige deslocá-la da condição de simples recorte visual para reconhecê-la como dimensão constitutiva da existência. Souza (2018) sustenta que ela não pode ser reduzida ao campo da percepção óptica, pois sua constituição envolve a articulação entre espaço, tempo, natureza e consciência. Elementos isolados — como árvores, edificações, ruas ou cursos d'água — não configuram paisagem em si mesmos, tornando-se paisagísticos apenas quando integrados em uma totalidade significativa capaz de suscitar experiência estética e reflexão existencial. A paisagem constitui, assim, uma relação sensível entre sujeito e mundo, por meio da qual o espaço adquire densidade experiencial e significado.

Essa dimensão relacional encontra fundamento em sua constituição histórica, associada à cisão moderna entre homem e natureza. Conforme interpreta Serrão (2013), ao analisar o pensamento de Simmel ([1913] 2013), a paisagem emerge como resposta simbólica à fragmentação do mundo, reunificando momentaneamente, na consciência, elementos anteriormente percebidos de forma dissociada. O conceito desloca-se, desse modo, do plano estritamente geométrico e inscreve-se no domínio da experiência sensível, na qual



o espaço deixa de ser mera realidade objetiva e passa a constituir campo de vivência estética e existencial.

O aprofundamento dessa compreensão encontra expressão na reflexão de Assunto (2013), ao afirmar que a paisagem constitui uma espacialidade dotada de espessura estética, instaurada no horizonte da experiência sensível. O espaço abstrato transforma-se em paisagem quando é investido de sentido e reconhecido como campo de presença e contemplação. Nessa condição, estabelece-se como fenômeno essencialmente relacional, cuja existência pressupõe vínculo entre sujeito e mundo, articulando percepção, simbolização e pertencimento em uma experiência que ultrapassa a dimensão física do território.

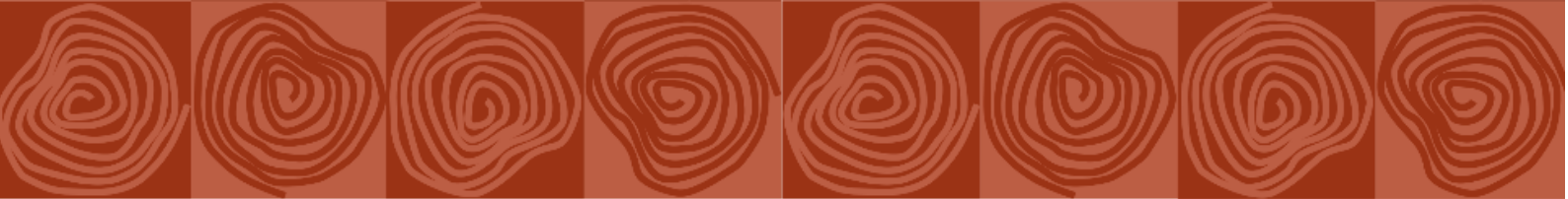
Essa dimensão sensível não se dissocia das dinâmicas sociais e históricas que atravessam os territórios. A paisagem, enquanto experiência vivida, é continuamente tensionada por processos de transformação que podem fortalecer ou fragilizar vínculos. Intervenções orientadas por racionalidades estritamente técnico-instrumentais tendem a desconsiderar memórias, práticas culturais e formas de apropriação historicamente constituídas, produzindo descontinuidades na experiência cotidiana. A transformação espacial, nesse sentido, ultrapassa a esfera material e repercute na dimensão simbólica, afetando identidades e modos de reconhecimento do lugar.

Reconhecida em sua dimensão existencial, a paisagem afirma-se como campo de formação de vínculos, no qual se entrelaçam percepção, memória e pertencimento. O espaço deixa de constituir mero suporte físico e passa a operar como mediação entre corpo e mundo, configurando-se como realidade incorporada e significativa. Assumir essa perspectiva implica reconhecer que o projeto e a gestão da paisagem envolvem responsabilidade sobre as experiências que ali se produzem, contribuindo para a consolidação de territórios que não apenas abrigam, mas também permitem que o sujeito se reconheça, permaneça e construa relações de pertencimento.

2.2 Arquitetura Afetiva e Experiência Sensorial

Se a paisagem, conforme discutido, constitui-se como experiência vivida, a arquitetura que nela se insere deve ser compreendida como mediadora sensível dessa relação. A noção de Arquitetura Afetiva fundamenta-se no reconhecimento de que o espaço construído não atua apenas como suporte funcional, mas como instância relacional capaz de produzir vínculos, ativar memórias e mobilizar a sensibilidade. O ambiente edificado deixa, assim, de ser mero cenário para afirmar-se como campo de interação entre corpo e mundo, participando ativamente da constituição do sentido. A fenomenologia do espaço oferece, nesse contexto, fundamento teórico essencial ao sustentar que o ambiente não é apreendido de forma neutra, mas vivido por meio da corporeidade.

A fenomenologia da percepção, desenvolvida por Merleau-Ponty (1999), aprofunda essa compreensão ao afirmar que perceber não constitui operação puramente mental, mas um modo fundamental de estar no mundo. O sujeito não observa o espaço como realidade externa e distante; ele o vivencia por meio do corpo, que se configura como origem da experiência e da significação. O espaço deixa, assim, de apresentar-se como abstração geométrica e revela-se como campo de presença, no qual percepção e existência se



entrelaçam. A corporeidade torna-se, portanto, condição essencial para a emergência do sentido, pois é por meio dela que o ambiente é apreendido, percorrido e reconhecido.

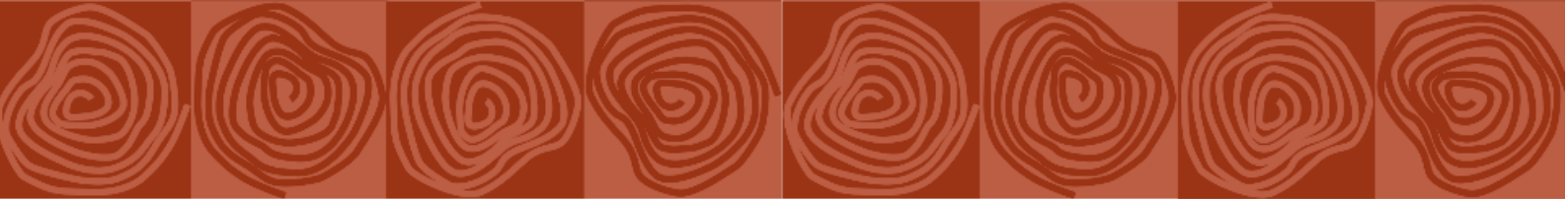
Essa centralidade do corpo na constituição da experiência espacial fundamenta a compreensão sensorial do espaço construído. Pallasmaa (2011) sustenta que o ambiente edificado deve ser compreendido como experiência multissensorial, na qual visão, tato, audição, olfato e cinestesia participam conjuntamente da constituição do lugar. A primazia da visão, característica marcante da tradição moderna, contribuiu para reduzir o espaço à condição de imagem, empobrecendo sua densidade existencial. Em contraposição, a integração dos sentidos restitui espessura à relação entre sujeito e ambiente, permitindo que o espaço seja vivido em sua plenitude. O ambiente construído afirma-se, assim, como meio de mediação sensível, capaz de qualificar a experiência e fortalecer o vínculo entre indivíduo e lugar, contribuindo para a consolidação de relações de pertencimento.

No contexto amazônico, essa abordagem assume relevância singular, uma vez que as condições ambientais intensificam a dimensão sensorial da relação entre corpo e espaço. O clima equatorial úmido, a presença constante da água, os odores da vegetação, a intensidade da luz e as variações térmicas configuram uma ambiência que se manifesta de forma direta na experiência cotidiana. No Portal da Amazônia, a relação com o espaço não se restringe à contemplação da paisagem fluvial, mas envolve a percepção da brisa que atravessa o corpo, o calor irradiado pelas superfícies ao entardecer, os sons que emergem da água e da convivência social, bem como as texturas e a umidade características do ambiente. O espaço é, assim, apreendido em sua totalidade sensível, e essa vivência contribui diretamente para a construção das percepções de conforto, segurança e pertencimento.

A perspectiva da Arquitetura Afetiva reconhece, nesse horizonte, que o ambiente edificado participa ativamente da formação da memória e da identidade. Bachelard (1993) afirma que os espaços habitados deixam marcas na imaginação e na lembrança, constituindo verdadeiros “topos” da memória íntima. A vivência sensível sedimenta recordações e afetos que estruturam o vínculo com o lugar, revelando que a relação entre corpo e espaço é também relação de permanência e reconhecimento. Corpo e memória não se dissociam do meio que os envolve; são moldados por ele e, simultaneamente, o significam. A materialidade arquitetônica, ao configurar condições de abrigo, permanência e experiência, atua como mediadora desse processo, contribuindo para a constituição de territórios que não apenas acolhem, mas também permitem que o sujeito se reconheça e pertença.

Essa inscrição da memória no espaço revela, igualmente, sua dimensão temporal. O sujeito não apenas percebe o ambiente, mas o percorre, o toca e o habita, incorporando-o progressivamente à sua experiência. A repetição das práticas cotidianas transforma a espacialidade física em território vivido, no qual se consolidam vínculos afetivos e referências identitárias. A experiência sensorial deixa, assim, de constituir estímulo episódico e afirma-se como processo contínuo de significação, por meio do qual o espaço se converte em lugar e passa a integrar a própria experiência existencial.

Tal compreensão possui implicações diretas para o campo do projeto da paisagem, ao evidenciar que a qualidade ambiental não se limita à configuração formal do espaço nem ao atendimento estrito de parâmetros técnico-normativos, mas envolve a relação sensível estabelecida entre sujeito e ambiente. Nesse sentido, o conforto ambiental deve ser compreendido como condição resultante da interação entre variáveis físicas e a percepção humana, sendo influenciado por fatores como sombreamento, ventilação,



materialidade e presença de elementos naturais, que contribuem para a sensação de bem-estar e permanência no espaço. Conforme destaca Frota e Schiffer (2001), essa condição não se restringe a medições objetivas, mas constitui uma condição integrada, na qual o desempenho climático e a experiência perceptiva se articulam na qualificação do ambiente construído. Incorporar essa perspectiva ao planejamento paisagístico implica reconhecer o projeto como mediação entre corpo e território, orientando-se pela criação de ambiências que favoreçam a permanência, o reconhecimento e a construção de vínculos com o lugar, especialmente em contextos climáticos sensíveis, onde a relação entre conforto e experiência espacial assume papel determinante na qualidade da vida urbana.

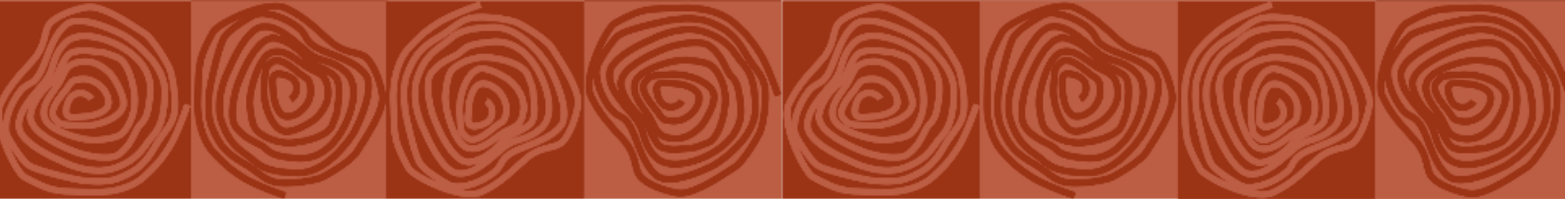
Nessa perspectiva, a experiência sensorial afirma-se como fundamento da dimensão humana da paisagem, ao permitir que o espaço seja vivido como realidade significativa e não apenas como suporte funcional. O ambiente deixa de configurar-se como infraestrutura neutra e passa a constituir campo de reconhecimento, no qual o sujeito se percebe como parte integrante do território. A articulação entre fenomenologia, percepção multissensorial e memória oferece, desse modo, base teórica consistente para compreender como o ambiente construído pode fortalecer pertencimentos e qualificar a experiência urbana, especialmente em contextos amazônicos, onde as condições ambientais e culturais intensificam a dimensão sensível da relação entre corpo e paisagem.

2.3 Conforto Ambiental no Contexto Amazônico

O ambiente amazônico é marcado pelo predomínio do clima equatorial úmido, caracterizado por elevadas temperaturas médias, alta umidade relativa e reduzida amplitude térmica anual, configurando uma ambiência na qual a sensação térmica resulta da interação entre calor, umidade e circulação do ar. Nessas circunstâncias, o conforto térmico não pode ser interpretado apenas como efeito de variáveis físicas isoladas, mas como condição psicofisiológica mediada pela forma urbana e pela presença de elementos naturais. Frota e Schiffer (2001) ressaltam que a qualidade ambiental depende da capacidade do ambiente construído em modular tais fatores, evidenciando a relevância do projeto da paisagem na construção de ambiências ajustadas às especificidades equatoriais e favoráveis à permanência humana.

As transformações recentes da urbanização têm intensificado desequilíbrios que ampliam a carga térmica nas cidades amazônicas. A substituição da cobertura vegetal por superfícies impermeáveis altera o balanço energético e eleva a retenção de calor nas estruturas construídas, contribuindo para a formação de ilhas de calor. Gartland (2010) observa que esse processo reduz a evapotranspiração e compromete os mecanismos naturais de resfriamento, agravando o desconforto térmico e ampliando a vulnerabilidade socioambiental. Em cidades como Belém, tais efeitos se manifestam com maior intensidade, evidenciando a necessidade de estratégias capazes de restabelecer o equilíbrio entre urbanização e regulação climática.

A presença da vegetação e da água assume, nesse cenário, papel decisivo na qualificação das ambiências urbanas, contribuindo para a modulação térmica por meio do sombreamento e dos processos evaporativos. Oke (1987) demonstra que áreas arborizadas apresentam temperaturas significativamente inferiores às superfícies pavimentadas, evidenciando a função climática da vegetação. A articulação entre



sistemas vegetados, corpos hídricos e áreas permeáveis, compreendida como infraestrutura azul-verde, favorece a regulação microclimática e amplia a resiliência urbana, conforme destacam Herzog e Rosa (2010), configurando estratégia essencial para a adaptação das cidades às especificidades ambientais locais.

A forma urbana participa diretamente da construção dessa experiência térmica, uma vez que elementos como arborização, permeabilidade do solo, orientação espacial e relação com a paisagem fluvial influenciam a percepção ambiental e os modos de apropriação do espaço. Gehl (2013) assinala que a vitalidade dos espaços públicos depende da possibilidade de permanência, sendo o conforto condição indispensável para o uso qualificado. Ambiências que oferecem abrigo, ventilação e contato com elementos naturais favorecem a permanência e fortalecem a relação entre sujeito e lugar, contribuindo para a construção de territórios mais habitáveis.

Sob essa perspectiva, o conforto ambiental afirma-se como componente essencial da qualidade urbana e do próprio direito à cidade. Santamouris (2013) destaca que a mitigação das cargas térmicas constitui estratégia fundamental para a promoção de ambientes mais saudáveis, especialmente em regiões de clima quente. A incorporação de soluções paisagísticas sensíveis às condições amazônicas contribui não apenas para a qualificação ambiental, mas também para o fortalecimento dos vínculos entre sujeito e território, evidenciando que o projeto da paisagem constitui instrumento fundamental na construção de cidades mais equilibradas, habitáveis e sensivelmente integradas ao meio que as constitui.

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

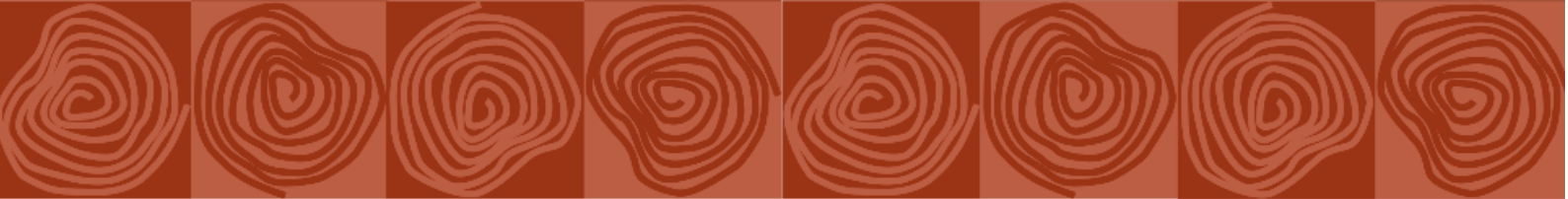
A investigação adota abordagem qualitativa com suporte analítico descritivo, estruturada em três etapas integradas, orientadas à compreensão da relação entre configuração paisagística, conforto ambiental percebido e pertencimento no trecho requalificado do Portal da Amazônia.

3.1 Análise morfoespacial e ambiental do recorte

A primeira etapa consiste na caracterização do espaço a partir de leitura morfoespacial integrada, considerando traçado urbano, proporção entre áreas pavimentadas e vegetadas, presença de arborização, dispositivos de sombreamento, mobiliário, relação com o rio e áreas de permanência. A análise busca compreender como a forma urbana e os elementos da paisagem estruturam condições de ambiência, ventilação natural, sombreamento e transições entre espaço aberto e protegido, sem recorrer a medições instrumentais, mas por meio de observação sistemática e registros fotográficos.

3.2 Experiência sensível e percepção ambiental

A segunda etapa privilegia a dimensão humana da paisagem por meio de caminhadas sensoriais e observação participante. São registrados usos, permanências, fluxos, comportamentos e modos de apropriação do espaço. Complementarmente, realizam-se conversas abertas com usuários para captar percepções relacionadas a conforto,



segurança, identidade, memória e vínculo com o lugar. Aplicam-se mapeamentos afetivos para identificar áreas de maior permanência, transição ou evitamento.

3.3 Síntese interpretativa e formulação de diretrizes

A etapa final articula a análise morfoespacial com as percepções registradas, buscando compreender de que modo a configuração paisagística influencia a sensação de conforto ambiental e o sentimento de pertencimento. A partir dessa integração, formulam-se diretrizes projetuais orientadas à qualificação de ambiências urbanas amazônicas, enfatizando arborização estratégica, escalas de abrigo, relação com a água e fortalecimento da identidade territorial.

4 RESULTADOS

Os resultados evidenciam que a Arquitetura Afetiva da Paisagem, expressa na articulação entre forma espacial, elementos naturais e condições de permanência, influencia diretamente o conforto ambiental percebido e o sentimento de pertencimento no trecho requalificado do Portal da Amazônia. A leitura morfoespacial do recorte analisado revela uma organização paisagística caracterizada pela alternância entre superfícies pavimentadas, áreas vegetadas e pela presença contínua da orla fluvial como elemento estruturador da ambiência. O passeio linear apresenta variações na distribuição da arborização e do mobiliário urbano, definindo setores com distintas condições de abrigo e permanência. Áreas dotadas de assentos, associadas à presença de vegetação e à abertura visual para o rio, favorecem o uso prolongado e a permanência contemplativa, enquanto trechos com maior predominância de superfícies mineralizadas e menor oferta de suporte ambiental assumem caráter predominantemente transitório. Essa configuração confirma a compreensão de Souza (2018), segundo a qual a paisagem constitui um campo relacional, no qual a organização espacial influencia diretamente a forma como o ambiente é vivido e significado.

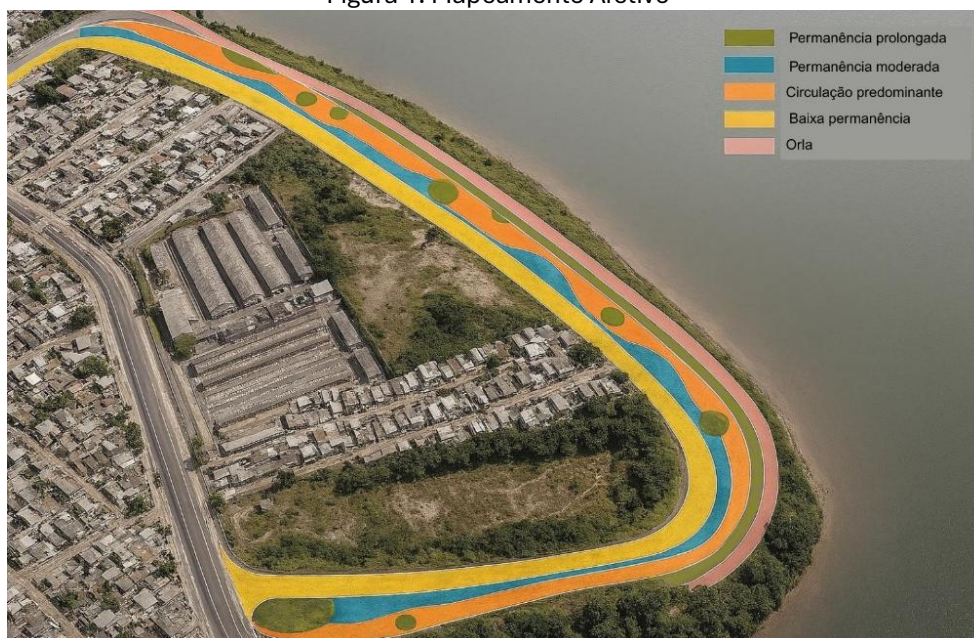
A análise evidenciou que a proximidade com o rio desempenha função determinante na qualificação ambiental do espaço. A abertura visual para a paisagem fluvial, associada à circulação de ventos e à presença de áreas de permanência, contribui para a construção de uma ambiência ambientalmente mais favorável e sensivelmente qualificada. A presença da água, além de atuar como elemento de regulação microclimática, exerce influência direta na experiência perceptiva, favorecendo a permanência e a contemplação. Conforme destaca Frota e Schiffer (2001), o conforto ambiental resulta da interação entre variáveis físicas e a percepção humana, sendo influenciado não apenas pelas condições climáticas objetivas, mas também pela forma como o ambiente é configurado e vivenciado.

A observação participante e as caminhadas sensoriais permitiram identificar padrões consistentes de apropriação ao longo do percurso. Setores que integram arborização, mobiliário urbano e relação direta com o rio concentram maior permanência e diversidade de usos, configurando núcleos de encontro, descanso e contemplação. Em contraste, áreas com menor presença de vegetação e reduzida oferta de dispositivos de permanência apresentam uso predominantemente associado à circulação. A continuidade linear do passeio favorece deslocamentos relacionados à mobilidade ativa, enquanto pontos dotados de abrigo parcial e suporte ambiental estimulam pausas e permanências mais

prolongadas. Essa correspondência entre configuração espacial e práticas cotidianas confirma a compreensão de Gehl (2013), ao afirmar que a qualidade do espaço urbano se expressa em sua capacidade de acolher permanências e favorecer interações.

A interpretação desses registros foi aprofundada por meio do mapeamento afetivo (Fig. 01), que permitiu identificar zonas distintas de permanência prolongada, permanência moderada, transição e menor uso ao longo do recorte analisado. As áreas classificadas como de permanência prolongada concentram-se predominantemente nos setores com presença de arborização mais consolidada, mobiliário urbano e relação direta com a orla fluvial. Nessas áreas, a associação entre suporte físico e qualificação ambiental favorece a permanência e a construção de vínculos com o lugar. Por outro lado, setores caracterizados por maior exposição solar e menor presença de elementos de abrigo apresentam uso predominantemente transitório, evidenciando a influência direta da configuração paisagística na forma de apropriação do espaço.

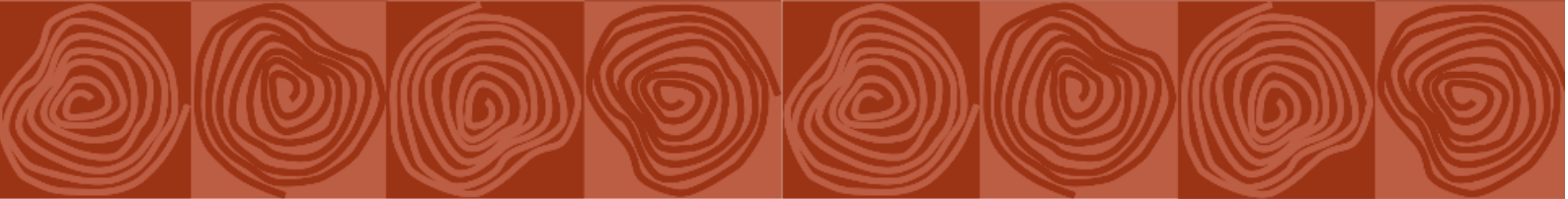
Figura 1: Mapeamento Afetivo



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Google Maps, 2026.

A centralidade do rio como elemento estruturador da experiência espacial manifesta-se não apenas em sua dimensão visual, mas também em sua contribuição para a qualificação ambiental e simbólica do lugar. A paisagem fluvial atua como referência sensível, influenciando a percepção, a permanência e o reconhecimento do espaço pelos usuários. Conforme argumenta Pallasmaa (2011), a experiência arquitetônica constitui-se por meio da relação multissensorial com o ambiente, na qual elementos naturais participam ativamente da construção do sentido e do vínculo entre sujeito e lugar. A presença do rio, associada à possibilidade de permanência e contemplação, contribui para a construção de uma experiência espacial qualificada e significativa.

A síntese interpretativa evidencia que a qualidade da experiência paisagística no Portal da Amazônia resulta da articulação entre configuração espacial, presença de elementos naturais e condições ambientais favoráveis à permanência. Setores que integram arborização, mobiliário e relação direta com a paisagem fluvial apresentam maior



permanência e apropriação, enquanto áreas com menor suporte ambiental apresentam uso predominantemente transitório. Esses resultados demonstram que a configuração da paisagem influencia diretamente o conforto ambiental percebido e o sentimento de pertencimento, evidenciando que a qualificação ambiental do espaço constitui condição fundamental para a construção de ambiências urbanas mais habitáveis, significativas e sensivelmente integradas ao contexto amazônico.

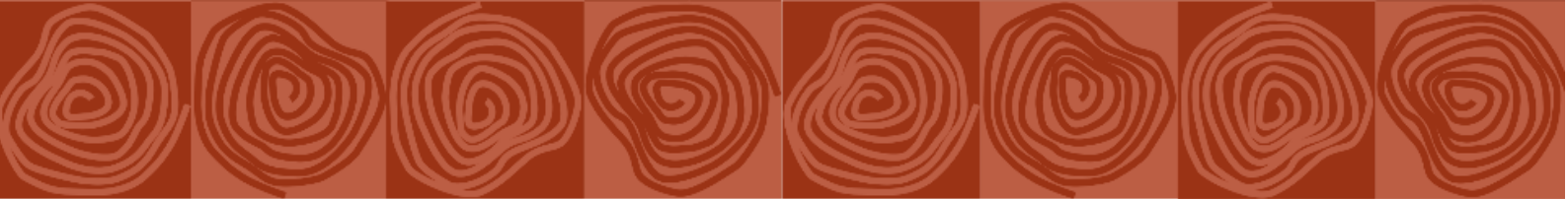
5 DISCUSSÃO

A análise do Portal da Amazônia evidencia que a configuração espacial da paisagem exerce influência direta sobre a qualidade da experiência ambiental e sobre os modos de apropriação do espaço. A relação entre forma urbana, presença de elementos naturais e condições de permanência confirma a compreensão de que a paisagem não se reduz à sua materialidade física, mas constitui uma realidade vivida, construída na interação entre sujeito e ambiente. Conforme assinala Souza (2018), a paisagem emerge como totalidade significativa quando apreendida pela experiência sensível, sendo constituída não apenas por elementos físicos isolados, mas pela relação que estes estabelecem com a percepção e a consciência. No trecho analisado, a presença do rio, a abertura visual e as condições de permanência configuram um campo de experiência que transcende a dimensão funcional e se inscreve no plano simbólico e existencial.

A centralidade da dimensão sensorial observada no Portal da Amazônia reforça os pressupostos da fenomenologia do espaço, segundo os quais o ambiente é apreendido por meio do corpo e da experiência encarnada. Merleau-Ponty (1999) sustenta que a percepção constitui modo fundamental de estar no mundo, sendo por meio da corporeidade que o espaço se torna significativo. As caminhadas sensoriais e os registros de uso evidenciaram que áreas com maior presença de vegetação, mobiliário e relação direta com a paisagem fluvial favorecem a permanência prolongada e a apropriação qualificada. Essa condição demonstra que o conforto ambiental percebido não decorre exclusivamente de parâmetros técnicos, mas resulta da integração entre qualidades físicas e experiência sensível, conforme também argumenta Pallasmaa (2011), ao afirmar que a arquitetura é vivida multissensorialmente e que a qualidade espacial se revela na capacidade de acolher o corpo e sustentar vínculos.

A predominância de permanência em setores associados à presença de arborização e à proximidade do rio evidencia o papel estruturador dos elementos naturais na qualificação ambiental e simbólica do espaço urbano. A vegetação e a água atuam não apenas como componentes ecológicos, mas como mediadores sensíveis da experiência, contribuindo para a construção de ambiências que favorecem o bem-estar e o reconhecimento do lugar. Essa constatação dialoga com a reflexão de Bachelard (1993), para quem o espaço vivido participa da formação da memória e da identidade, tornando-se suporte da experiência íntima e coletiva. No contexto amazônico, onde a relação entre cidade e natureza constitui dimensão estruturante da vida cotidiana, a presença desses elementos assume relevância ainda mais expressiva, configurando-se como fundamento da habitabilidade e da permanência qualificada.

Os resultados também evidenciam que setores com menor densidade arbórea e maior exposição apresentam uso predominantemente transitório, revelando a influência direta da configuração paisagística sobre o conforto ambiental percebido. Essa relação confirma a compreensão de Frota e Schiffer (2001), segundo os quais o conforto ambiental constitui



condição integrada, resultante da interação entre variáveis físicas e percepção humana. A ausência de dispositivos de abrigo e de mediação ambiental reduz a permanência e limita a apropriação simbólica do espaço, evidenciando que a forma urbana pode tanto favorecer quanto restringir a experiência sensível e o sentimento de pertencimento. O planejamento da paisagem, nesse sentido, assume relevância como instrumento capaz de qualificar a experiência urbana por meio da integração entre forma, ambiente e percepção.

A síntese interpretativa demonstra que o Portal da Amazônia constitui espaço de elevada potência paisagística, no qual a relação entre rio, cidade e experiência sensível favorece a construção de vínculos simbólicos e afetivos. A paisagem fluvial, ao articular dimensão ambiental e experiência vivida, contribui para a consolidação de um território significativo, capaz de sustentar práticas sociais e fortalecer o pertencimento. Tal compreensão reforça a necessidade de incorporar a dimensão afetiva no planejamento paisagístico, reconhecendo o espaço urbano como campo de experiência e não apenas como infraestrutura. No contexto amazônico, essa perspectiva revela-se fundamental para a construção de cidades mais habitáveis, sensivelmente integradas ao ambiente e comprometidas com a promoção do bem-estar e da dignidade urbana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação demonstrou que a paisagem urbana, quando compreendida a partir de sua dimensão afetiva e experiencial, revela-se elemento fundamental na construção do conforto ambiental e do sentimento de pertencimento, especialmente em contextos amazônicos marcados por condições climáticas exigentes e por processos recentes de transformação urbana. A análise do Portal da Amazônia evidenciou que a configuração paisagística, articulando a presença do rio, a arborização e os dispositivos de permanência, influencia diretamente os modos de apropriação e a qualidade da experiência vivida. O espaço urbano, nessa perspectiva, deixa de constituir mero suporte funcional e afirma-se como campo sensível de interação entre corpo, ambiente e memória, no qual a paisagem atua como mediadora da relação entre sujeito e território.

Os resultados indicaram que a permanência qualificada ocorre preferencialmente em setores que integram elementos naturais e condições ambientais favoráveis, evidenciando a importância da arborização, da permeabilidade e da relação com a paisagem fluvial na construção de ambiências mais habitáveis. Por outro lado, áreas com menor suporte ambiental apresentam uso predominantemente transitório, revelando que a forma urbana exerce influência direta sobre a percepção de conforto e sobre a construção de vínculos simbólicos com o lugar. Essas evidências confirmam que o conforto ambiental, no contexto amazônico, constitui dimensão indissociável da experiência espacial e não pode ser dissociado das condições sensíveis que estruturam a relação entre corpo e ambiente.

A incorporação da Arquitetura Afetiva no planejamento e no projeto da paisagem revela-se, portanto, abordagem essencial para a construção de cidades mais sensivelmente integradas às suas condições ambientais e culturais. Ao reconhecer a paisagem como experiência vivida, o projeto deixa de se orientar exclusivamente por parâmetros técnico-normativos e passa a considerar a dimensão humana como princípio estruturador da qualificação ambiental e urbana. No contexto amazônico, essa perspectiva contribui para a promoção de espaços públicos mais habitáveis, capazes de fortalecer o pertencimento, qualificar a experiência cotidiana e afirmar o direito ao bem-estar ambiental como componente fundamental da vida urbana.

REFERÊNCIAS

- ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, Adriana (Coord.). **Filosofia da Paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. **Manual de conforto térmico**. 5. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- GARTLAND, Lisa. **Ilhas de calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas**. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HERZOG, Cecília Polacow; ROSA, Lourdes Zunino. Infraestrutura Verde: Sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana. **Revista LABVERDE**, São Paulo, Brasil, n. 1, p. 92–115, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/61281>. Acesso em: 27 fev. 2026.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- OKE, T. R. **Boundary layer climates**. 2. ed. London: Routledge, 1987.
- SANTAMOURIS, Mattheos. **Energy and climate in the urban built environment**. London; New York: Routledge, 2011.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- SOUZA, Reginaldo José de. Paisagem como dimensão da existência. In: _____. **Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos**. Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 72–100.